

NÃO TEM FILHOS? POR QUÊ?¹

DON'T YOU HAVE CHILDREN? WHY NOT?

Naiana Dapieve Patias² e Caroline Stumpf Buaes³

RESUMO

Este artigo foi produzido a partir de um estudo realizado para fins de Trabalho Final de Graduação em Psicologia, no qual participaram seis mulheres com idades variando de 29 a 44 anos e que optaram pela não maternidade. O foco do presente trabalho são as pressões sociais para viverem a maternidade que as mulheres relataram sofrer por “transgredir” a norma em que ser mulher está ligada à experiência de ser mãe. Realizou-se uma pesquisa qualitativa cujos dados foram gerados a partir de entrevistas semiestruturadas e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados sugerem que a maternidade pode ser ou não uma escolha da mulher, no entanto, a concepção de maternidade ligada diretamente à constituição da identidade feminina ainda persiste no imaginário social. Nesse sentido, as mulheres que optam por não ter filhos sentem-se interpeladas por discursos tradicionais de família e maternidade a justificarem sua escolha, o que produz um sentimento de “endividamento” diante do não cumprimento da norma social do amor materno.

Palavras-chave: maternidade, não maternidade, normas sociais.

ABSTRACT

This article was developed through a previous study that had already been done as the conclusion year undergraduate work in Psychology, in which one six women between 29 and 44 years old that opted for the non maternity took part on it. The focus of this present work is related to the different social pressures that those women have suffered to get the experience of the maternity as this experience was a rule in which the stereotype of woman was linked to the experience of being

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmica do Curso de Psicologia - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA.

a mother. The qualitative aspect was taken in consideration whose information were gotten by semi structure interviews and analyzed by the technique of the content analysis. The results suggest that the maternity can be or not a choice of the woman; on the other hand, they also suggest that the idea of maternity whose one have been linked to the constitution of female identity is still alive in the west societies. In this sense, women that take the option for don't have children feel constantly questioned and motivated by these kinds of traditional speeches that stand up the idea of family and maternity as well as these speeches justify their own points of view and take as result a feeling in which the woman is in debt with the society once she is not respecting the idea of motherly love that is standed up for this society.

Keywords: *maternity, non maternity, social rules.*

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, novas configurações familiares coexistem com a configuração familiar tradicional, composta de pai, mãe e filhos. As novas formas de conceber a família e suas funções, bem como de representar os papéis sociais destinados às mulheres, vem possibilitando que a mulher possa escolher viver ou não a maternidade, subvertendo àquilo que era considerado como seu único destino.

Nesse aspecto, a não maternidade por opção pode ser analisada a partir das mudanças nas posições ocupadas pelas mulheres em diferentes dimensões da vida social e inseridas em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais. A não maternidade por opção⁴ é um fenômeno contemporâneo que parece estar associado especialmente à classe média e à inserção da mulher no mercado de trabalho. Assim, observa-se que o maior controle das funções reprodutivas está associado à entrada das mulheres no mercado de trabalho e aos consequentes sentimentos de realização pessoal que tornam cada vez mais difícil conciliar as tarefas desempenhadas na esfera doméstica e a carreira profissional.

Portanto, torna-se possível levantar algumas questões: a maternidade ainda é socialmente vista como um fenômeno natural de toda mulher? Quais as formas de pressão social diante da decisão dessas mulheres pela não continuidade da família?

⁴ A utilização da expressão “não maternidade” ao longo deste trabalho baseou-se em estudos de Bonini-Vieira (1996).

FAMÍLIA E MATERNIDADE

Historicamente, percebe-se a construção da maternidade como um destino inevitável e ligado essencialmente à constituição da identidade feminina. Nessa direção, aspectos históricos revelam como os diferentes aspectos relacionados à família tradicional e, conseqüentemente do papel feminino, foram universalmente inventadas, principalmente no contexto europeu, a partir do século XVII. A produção de significados do amor materno e a exaltação da maternidade configuraram-se como o destino inevitável e, na maioria das vezes, único para as mulheres. O mesmo ocorreu no Brasil, anos mais tarde.

A invenção dos discursos sobre o amor materno interpelou mulheres à adoção de escolhas de vida associadas às práticas maternas. Atrelados à concepção de família tradicional, nuclear, na qual pai e mãe possuem papéis definidos e delimitados, criaram para a mulher a posição de cuidadora e protetora dos filhos. No entanto, se do século XVII ao século XVIII coube à mulher o destino materno, no século XX, com o livro publicado em 1949, de Simone de Beauvoir, começou um movimento de “desnaturalização” da condição feminina de “segundo sexo”. Beauvoir (1980), com sua célebre frase, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, abriu um leque de possibilidades para se pensar novas formas de ser mulher, não unicamente pelo viés da maternidade, que é discurso construído social e culturalmente na diferença dos sexos.

Segundo Arán (2003), algumas mudanças sociais, tais como a crise da forma burguesa da família nuclear, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a separação da sexualidade da reprodução e uma política de visibilidade da homossexualidade provocaram crise nos referenciais simbólicos que organizavam a sociedade moderna. Nessa direção, produziram-se novas formas de subjetivação das mulheres que puderam adiar a maternidade e optar ou não por vivê-la.

Conforme Machado (2005), através do declínio do poder patriarcal, a dinâmica familiar adquire novos contornos. A partir daí, percebem-se mudanças significativas com o conseqüente surgimento de novas configurações familiares, coexistindo com o modelo tradicional de família. Essas novas configurações são decorrentes de mudanças nas relações de gênero; da ampliação da autonomia dos diversos componentes da família; do exercício mais aberto e livre da sexualidade que passa a ser dissociada das responsabilidades da reprodução; do aumento das separações, dos divórcios e de novos acordos sexuais, com a mudança no tamanho da família (menor número de filhos ou ampliação da família nos recasamentos); do

movimento feminista, bem como o reconhecimento da criança e do adolescente, a aceitação da homossexualidade; do aumento da expectativa de vida, assim como das modificações nos valores éticos da sociedade vinculados à cultura consumista, aos avanços tecnológicos e ao processo dos meios de comunicação (OSÓRIO; VALLE, 2002).

Segundo Pesquisa Nacional de Domicílios - PNAD - (2007), a taxa de fecundidade das mulheres brasileiras vem diminuindo, já que entre 1940 e 1960, girava em torno de 6,0 filhos por mulher; no ano de 2007, passou para 1,95, ficando abaixo do nível de reposição da população (2,1 filhos por mulher). Conforme pontua Scavone (2001), a experiência da maternidade na sociedade brasileira está em processo de modificações, seguindo padrões de proles reduzidas e maior reflexão na hora de optar por ter ou não ter filhos. Entretanto, há peculiaridades em relação às desigualdades sociais vigentes no país, variando na escolha reflexiva pela maternidade, na valorização da criança de acordo com condições socioeconômico e culturais de cada mulher, o que sugerem as múltiplas influências na hora de decidir ter ou não um bebê.

No entanto, apesar de a maternidade, na contemporaneidade, ser concebida como uma das opções possíveis dentre outros projetos pessoais da mulher, ainda faz parte das representações de grande parte de mães e não/mães de que ela é inerente à natureza feminina (SOUZA; FERREIRA, 2005). Conforme Szapiro e Férez – Carneiro (2002), apesar de a mulher poder “optar” pela maternidade, existem expectativas sociais que atravessam esse sujeito que, do ponto de vista cultural, ainda há uma representação de mulher igual mãe, sendo a maternidade representada como o destino “natural”. Nesse sentido, a opção pela não maternidade pode ser compreendida como uma forma de subverter estas normas prescritivas, a partir da produção de sentidos singulares do que é ser mulher e não necessariamente atrelados à maternidade.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002) em que interpretamos as realidades sociais por meio de um levantamento de dados, realizado esse a partir de entrevistas semiestruturadas. Participaram deste estudo seis mulheres casadas ou que coabitavam com um companheiro, de classe média, que optaram pela não maternidade. A faixa etária variou entre 29 e 44 anos, e todas possuíam nível superior completo ou incompleto. A escolha das participantes foi aleatória, a

partir de contatos da rede social da pesquisadora, constituindo uma amostra por conveniência (GIL, 2006). As mulheres foram contatadas por telefone, para que se pudesse verificar o interesse das mesmas em participar do estudo. Após concordância em integrar o *corpus* da pesquisa, foi marcado um encontro com vistas à realização da entrevista. As participantes estavam amparadas por um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as orientações da Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisa com seres humanos.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas a partir de perguntas especificadas, mas, ao mesmo tempo, a pesquisadora sentia-se livre para ir além das respostas, buscando o esclarecimento ou a elaboração das respostas coletadas (MAY, 2004).

Como técnica de análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, conforme a proposta de Minayo (1994). Segundo a autora, essa técnica refere-se a um procedimento que visa a examinar a comunicação com o intuito de obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens. Foram construídas categorias de análise que permitiram identificar as pressões sociais que sofrem as mulheres que optam pela não maternidade. No texto, abordam-se, inicialmente, aspectos históricos da produção da representação dominante da família tradicional e da maternidade. Em seguida, apresenta-se uma discussão acerca dos discursos sociais que questionam e rejeitam a mulher por não desejar investir no amor materno.

RESULTADOS

A análise das entrevistas permitiu destacar algumas falas significativas das participantes a respeito das pressões, bem como das sensações de endividamento diante da escolha pela não continuidade da família. Apesar de a opção pela não maternidade ser considerada uma das decisões das mulheres na contemporaneidade, nas narrativas das participantes parece existir uma permanente sensação de endividamento ou a suspeita de que não se cumpriu uma obrigação vital para o eu autêntico da própria pessoa (BAUMAN, 2004). Por isso, explicam porque decidiram suas vidas por esse caminho e não pelo socialmente dominante que conduz ao destino materno. O discurso social hegemônico afirma que é da “natureza feminina” ser mãe e desejá-lo ser, portanto, as que contrariam tal “natureza” sempre são convocadas à explicação (BONINI-VIEIRA, 1996).

É o que se observa na primeira fala, em que uma das entrevistadas acredita que a maternidade é uma opção da mulher, ao mesmo tempo em que sente,

sutilmente, a força dos discursos sociais interpelando-a a tomar certos lugares considerados “naturais” ou “normais”. E quando se “foge da norma” a sensação que se produz é de que se deve uma justificativa, uma explicação a alguém (BERNARDES; HOENISCH, 2003). Já na segunda narrativa, compreende-se que a opção por ter não ter filhos remete a uma “situação” que não é “normal”. Assim, evita a exposição, para não ter que “justificar a situação” ou a subversão a uma norma.

“As pessoas estão se alertando quanto a isso que a mulher não precisa ter filhos, se ela para e pensa, só que tem que ter uma justificativa acho que toda a decisão da tua vida tu tens que ter uma justificativa por que de não ter filhos, tu tens que saber o por quê. [...] Eu posso ser extremamente feliz, assim como eu sou, sem ter um filho, não me faz falta (31 anos).”

“Eu também não fico dizendo que não quero ter filho e que não vou ter né, eu evito, pra não ficar tendo que justificar a situação (33 anos).”

Por isso, questiona-se a liberdade de escolher do sujeito, pois se vive constituído pela produção de discursos acerca de certos modos de ser, prescritos, social e culturalmente para cada fase de vida e cada grupo em que o sujeito está inserido. A maternidade foi constituída como uma tarefa primordial da mulher na fase adulta que acaba por pressionar quem não segue determinados padrões.

Para Bauman (2004), com a possibilidade de o sujeito escolher entre vários tipos de inclinações/preferências/identidades, há uma ausência de definições e uma consciência de ambivalência e incertezas que culminam em dúvidas persistentes quanto à condição escolhida. Nesse ambiente de vida “líquida-moderna”, as identidades configuram-se como as mais instáveis, mais aguçadas e sentidas como perturbadoras para os indivíduos que as percebem com as mais perturbadoras ambivalências (BAUMAN, 2005). Essa ambivalência é produzida em algumas falas das participantes do estudo, quando as mulheres que optaram pela não maternidade respondem que podem vir a sentir a falta de filhos ou arrependimento por essa escolha.

“Ainda fico assim com a pulguinha, sabe hoje.. ai, como teria sido né, e se eu tivesse filho, acho que eu seria uma boa mãe (44 anos).”

Mas..eu não sei, talvez eu me arrependa, mas eu não tenho problema com isso eu posso adotar, sabe eu não tenho assim essa coisa da realização numa.. de uma mulher ligada a ser mãe só ainda mais sendo fisicamente, tipo tem que ser biologicamente determinado, isso não da certo, então não me preocupa... (33 anos).

As narrativas acerca da opção por não viver a maternidade também veiculam certos questionamentos, pois, embora pareça, não é uma escolha livre dos sujeitos, mas traz em si certas pressões ao decidirem por essa e não outra opção. O sujeito diz-se ser livre para escolher, contudo, toda escolha traz em si cobranças e consequências ao responsável. As narrativas das mulheres são construídas a partir das ambivalências que constituem uma escolha,

“Por um momento eu até pensei assim: ‘ai, ta, quem sabe...’ cheguei a pensar um pouco, em função de familiares dele assim, daí eu até pensei, mas durou pouco tempo isso e em seguida eu já, não sei, voltei ao meu normal assim de não, de não querer (44 anos).”

O “normal” de não querer das mulheres é significado como “anormal”, mas expectativas sociais. Uma delas refere-se ao companheiro como o “Patinho Feio”.

[...] Do lado do meu esposo né, porque ele teve 11 irmãos, todos casados e com muitos filhos, então ele é o patinho feio que optou também por não...[.] (35 anos).

Cabe, neste momento, relembrar o célebre conto infantil do Patinho Feio, escrita por Hans Christian Andersen em 1843 (CORSO; CORSO, 2006). Um ovo diferente dá origem a uma avezinha desengonçada e acinzentada, que em nada parecida com seus graciosos irmãos. O patinho sente-se rejeitado pela mãe, excluído pelos irmãos, maltratado por outros animais. Ele foge, enfrenta diversas situações em que é maltratado e sente-se resignado a sobreviver sozinho, quando, enfim, descobre que havia se transformado no mais belo dos cisnes. A história infantil do Patinho Feio remete a alguns discursos que atravessam as falas das mulheres em relação aos sentimentos de rejeição ou de não pertencimento a uma norma. Patinho Feio era o “anormal”, o “diferente”, o “feio”. Em sua busca desesperada por um lugar em que pudesse sentir-se aceito, descobriu-se não como

o “anormal”, mas, como aquele que ainda não havia encontrado seu lugar. Assim, o “feio” na história do patinho remete a quem não se encaixa no padrão aceito em determinado grupo, e são esses discursos que estão presentes nas vozes das mulheres entrevistadas, como mostra exemplo a seguir.

Mas agora, depois de anos acho que todo mundo parou de perguntar, pelo menos meus familiares já sabem que não tem mais jeito mesmo (risos) (44 anos).

A maternidade, ao significar uma função que torna a mulher sagrada e completa, produz o discurso de condenação àquelas que decidem não vivê-la. As mulheres, ao se contraporem ao projeto social delineado, sofrem pressões ideológicas, sendo, muitas vezes, rotuladas como desviantes, “anormais”, egoístas e aversas às crianças e à família (BONINI-VIEIRA, 1996), o que produz sofrimento e desconforto presentes nas narrativas que seguem:

Muitas dizem isso: “é impossível uma mulher não ser mãe”, tem umas até que põe em xeque assim: ‘bah, mas será que vocês são mulheres mesmo?’ (31 anos).

Principalmente a família né, que tem que ter filho, que vai ficar velha e quem é que vai cuidar, aqueles papos assim de que é uma obrigação, né tipo, parece que é uma afronta na vida deles a gente optar por não ter filhos. Ai eu evito discutir, não falo muito sobre isso (33 anos).

Todas as práticas tidas como “naturais” e “normais”, bem como as “desviantes” e “anormais” ocorrem na articulação de jogos de poder praticados, sutilmente, através de pedagogias culturais⁵, exercidas pela mídia, família, escola, igreja, instituições legais, especialistas que dizem como se deve comportar, vestir, ficar de bem com a vida (LOURO, 2008). São conselhos, palavras, ensinamentos que ajudam a produzir modos de ser e de viver e que se transformam em normas (MEYER, 1994). E são essas normas que interpelam os sujeitos a ocuparem determinadas posições na vida social, conforme as seguintes falas das entrevistadas.

⁵ O termo refere-se a instâncias e espaços sociais os quais inscrevem e prescrevem normas a serem seguidas, através de seus ensinamentos e orientações (LOURO, 2008).

Sou muito cobrada assim, pela própria família, sempre em tom de brincadeira, tudo muito amistoso, mas assim, sempre questionada (44 anos).

Mas é complicado de um determinado ponto de vista porque não é um posicionamento ainda... aceito tranquilamente na sociedade. É algo que as pessoas questionam né. Tu tá numa roda de conversa, se tu tá no círculo social e as pessoas perguntam “tem filhos?” não! “tu não pensa em ter?” não! “ah!” como assim né? (36 anos).

Apesar das transformações que autorizam a vivência de outras formas de ser da mulher, por meio da multiplicidade de posições de sujeito produzidas na contemporaneidade, ela permanece alvo de vigilância e de controle das sociedades. São diversas normas que pressionam as mulheres a viverem a maternidade, veiculadas e potencializadas através das vozes da família, de amigos e até mesmo de desconhecidos. A próxima narrativa produz o sentido de luta que muitas travam para constituir suas identidades de “não mães”.

Mas eu ainda tenho essa ideia e...eu e o meu esposo estamos bem resolvidos nessa área sim, então, vão ter que me aceitar! (risos). (35 anos).

Em todas as narrativas as mulheres trazem concepções tradicionais de maternidade, sendo que, ao optarem por não vivê-la, expressam sua escolha apoiadas em diferentes discursos políticos. Segundo Rolnik (2000), na contemporaneidade, com a desconstrução de grandes verdades, os sujeitos acabam compondo estratégias de subjetividades para defender-se do caos. Uma dessas estratégias toma como alvo a pulverização dos antigos ideais, propondo investimento em identidades ideais, de ordem política e ideológica.

As entrevistadas desta pesquisa argumentam que as taxas de natalidade e as condições de vida na sociedade atual são referenciais que sustentam suas escolhas por não ter filhos. Essas concepções podem ser compreendidas nas narrativas abaixo.

Porque acho que no mundo atual não tem espaço para ter um filho mais (31 anos).

Claro, muita gente diz, como eu tava comentando “tá, mas que graça tem não ter filho, ter uma pessoa e não ter filho?” ter filho só para ter, pra dizer que teve um filho? Criar de qualquer jeito não dar educação, mais uma pessoa ali no mundo, sem construir nada. Eu acho que o grande problema de hoje em dia é só a educação, por isso que as pessoas... tanto é que as pessoas de baixa renda, que não tem muita educação, o que acontece? Dois, três, quatro, cinco, dez filhos (29 anos).

E aí eu fui vendo que na verdade tinha tanta criança no mundo já que precisaria de família, por que então que eu teria que gerar uma (44 anos).

E não acho que seja egoísmo sabe até porque o mundo não tá precisando de filhos né (risos), se fosse uma necessidade, mas realmente tá sobrando no mundo (33 anos).

Posicionamentos semelhantes aos das pesquisadas também foram produzidos em outros espaços, como nos ambientes virtuais, conforme aponta o trabalho de Faccini (2008), através de um estudo sobre uma comunidade do “Orkut” denominada “Casal sem filhos” em que os sujeitos discutem acerca da opção de não ter filhos. Nesse sentido, Bauman (2005) relata que há uma ânsia de encontrar ou criar novos grupos, nos quais se possa vivenciar o pertencimento, facilitando a construção da identidade, já que as referências tradicionais se diluíram. Nesse sentido, a necessidade de identificação de mulheres não mães leva à busca de grupos, como as comunidades do “Orkut”, em que possam compartilhar ideal de vida semelhante, em que não se reconheçam como o “Patinho Feio”, mas, nos quais, se possa viver a feminilidade não associada à maternidade.

CONCLUSÕES

Diferentes discursos, no decorrer da história, constituíram a maternidade como tarefa primordial e essencial à “natureza” feminina. Sendo a maternidade ainda concebida socialmente, como tarefa primordial à essência do feminino, as participantes da pesquisa referem se sentir, muitas vezes, como “anormais” em relação às normas sociais. Assim, com a decisão pela não continuidade da família, as mulheres que participaram deste estudo referem sentir pressões sociais, através de diferentes discursos que as questionam a respeito da escolha/desejo de não ter filhos.

Muitas vezes, em tom de brincadeiras ou não, são vistas como quem “transgride” a norma social da maternidade, derivada das concepções tradicionais de família que prescrevem à mulher a posição de cuidadora do seu grupo familiar. Por causa das pressões sentidas, elas demonstram a sensação de estar devendo algo a alguém, dessa forma se posicionam justificando a “transgressão” pela opção contrária ao socialmente aceito. Explicam e justificam suas escolhas.

Por outro lado, optar por não viver a maternidade sinaliza a desconstrução de uma concepção dominante e naturalizada, produzida acerca da maternidade. Contudo, tal escolha implica em conviver com algumas pressões, visto que contestam o discurso hegemônico do amor materno como tendência feminina inata.

Nesse contexto, as mulheres criam estratégias discursivas para justificarem a escolha por serem mulheres não mães, já que optar por não viver a maternidade significa ser apontada e reconhecer-se como “Patinho Feio”. Além disso, destaca-se o movimento do sujeito contemporâneo, o qual busca de vivenciar o pertencimento, em tempos de desordem de referenciais que a modernidade estabeleceu para a vida de homens e mulheres ao longo dos últimos séculos.

REFERÊNCIAS

ARAN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003 .

BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERNARDES, A. G.; HOENISCH, J. C. D. Subjetividade e Identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: GUARESCHI, N. M; BRUSHI, M. E. (Orgs.). **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 95-126.

BONINI-VIEIRA, A. **Definidas pela negação, construídas na afirmação**: a perspectiva de mulheres não mães sobre a maternidade e seu projeto de vida. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

CORSO; D. L.; CORSO, M. **Fadas no divã**: Psicanálise nas Histórias infantis. Reimpressão 2007. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FACCINI, A. **Casais sem filhos por opção**. 2008. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Psicologia). Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, 2008.

MACHADO, H. V. Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. **Psicologia em Estudo**, Maringá. v. 10, n. 2., p. 317-323, 2005.

MAY, T. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. Tradução: Carlos Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEYER, D. E. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Escola de Educação Física**. Porto Alegre: A/Z Movimento, v. 1, n.1, p. 33-58, set, 1994.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo, SP : Hucitec-Abrasco , 1994.

OSÓRIO, L. C.; VALLE, Maria Elisabeth. **Terapia de famílias**: novas tendências. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PNAD, 2007. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2008.

ROLNIK, S. Novas figuras do caos – Mutações da subjetividade contemporânea. In: FONSECA, T. M. G.; FRANCISCO, D. J. (Orgs.). **Formas de ser e habitar a contemporaneidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 63-69.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero.

Interface: Comunicação, Saúde e Educação, p. 47-60, fev., 2001.

SOUZA, D. B. L.; FERREIRA, M. C. Auto – estima pessoal e coletiva em mães e não – mães. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 10, n. 1, p. 19-25, 2005.

SZAPIRO, A. M.; FÉREZ-CARNEIRO, T. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia Reflexão e crítica**, v. 15, n. 1, p. 179-188, 2002.

